

# Estados terão prazo de dois anos para adaptação ao ajuste

Quem tiver mais de 60% das receitas comprometidas com pessoal ganha tempo

**Governo que gasta até 95% terá que demitir para ajustar as contas**

**R**io - A ministra da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare), Cláudia Costin, reafirmou ontem, no Rio, que os governadores com mais de 60% das receitas líquidas comprometidas com pagamento de pessoal e encargos terão dois anos para

se ajustar às metas do Programa de Estabilidade Fiscal, anunciado quarta-feira pelo Governo. Cláudia disse que o pacote do Governo serve como um "rol de procedimentos" oferecido aos governadores para sanear as finanças.

A ministra lembrou que a demissão de funcionários públicos é apenas uma das medidas que poderão ser adotadas por alguns estados, que comprometem até 95% das receitas com funcionalismo. "Antes de demitir, eles poderão cortar despesas, reduzindo jornada de trabalho e salários", citou. Essa redução na jornada está prevista em projeto de lei complementar que o Governo deve enviar hoje ao Congresso junto com as medidas do pacote.

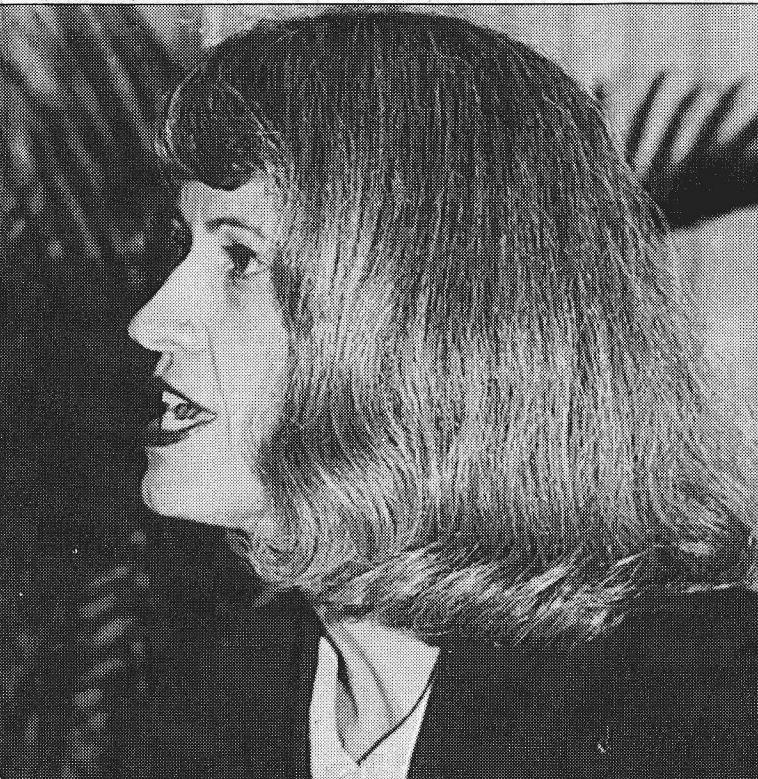
Cláudia Costin confirmou também que ainda hoje serão enviados mais dois projetos de lei ao Congresso. O primeiro

prevê redução do percentual da aplicação do teto da Lei Camata - de 60% para 50% - no Orçamento do governo federal. Hoje, a União gasta 42% da receita com salários de 520 mil funcionários federais.

O outro projeto modifica o regime de emprego público para os novos servidores, que deixarão de ser estatutários e passarão a ser celetistas. Segundo Cláudia, a transformação não significa o fim da estabilidade pública. "O regime celetista mantém as mesmas condições dos estatutários, que, antes de serem demitidos, terão direito a um processo administrativo com ampla defesa", afirmou.

O novo servidor só poderá ser demitido por falta grave, acúmulo ilícito de cargos públicos ou necessidade de reduzir quadros por excesso de despesas ou insuficiência de desempenho.

Humberto Pradera



**CLÁUDIA Costin:** lei permite redução de jornada e salários